

Nota Informativa

Edição 119/2023

DESTAQUES

Conselho do FUST quer mais R\$ 1 bilhão para 2024, metade em garantias a PMEs

Lei reduz tempo e custos de obrigações tributárias

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

China reconhece avanços do Brasil na implementação do 5G

Comissão vai debater reflexos do Marco Legal da Inovação

CGI.br recebe 1,3 mil contribuições em consulta sobre plataformas

Conselho Diretor aprova metodologia de cálculo do Índice Brasileiro de Conectividade

REFORMA TRIBUTÁRIA

Grupo da CAE sobre reforma tributária define plano de trabalho

Senado recebe reforma tributária e Pacheco prevê promulgação até novembro

Reforma tributária: Pacheco recebe texto da proposta, que segue para a CCJ

Reforma tributária: Audiências públicas devem começar na semana do dia 14

Reforma tributária é para buscar justiça, não arrecadação, diz Haddad

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Número de empresas do comércio que vendem via internet tem forte alta em 3 anos, diz IBGE

Queda da Selic reduz dívida pública em cerca de R\$ 21 bilhões

Taxação de fundos exclusivos vai como PL ao Congresso, diz Haddad

POLÍTICA

'Sem pressa', Lula esconde o jogo e adia trocas de ministros na Esplanada

Reforma ministerial envolve concorrência dentro da base de Lula

Relator vai incorporar política de valorização permanente à MP do salário mínimo

Nova versão do código de governança do IBGC é publicada com menos regras e 'volta aos princípios'

Lira define agenda da Câmara com líderes, mas deixa arcabouço fiscal de fora

RELAÇÕES EXTERIORES

Brasil aprova declaração de ministros das Comunicações do Brics

DESTAQUES

Conselho do FUST quer mais R\$ 1 bilhão para 2024, metade em garantias a PMEs

Poder Executivo | 04/08/2023

O Conselho Gestor do FUST aprovou a proposta de orçamento do fundo para 2024 e prevê R\$ 1,011 bilhão, sendo R\$ 267 milhões para projetos não reembolsáveis e R\$ 260 milhões para empréstimos reembolsáveis. Outros R\$ 484 milhões são para servir de garantias a créditos. Parte do valor, R\$ 48 milhões, é para subvenções não reembolsáveis voltadas à ampliação da conectividade em escolas públicas. Enquanto outros R\$ 219 milhões, também não reembolsáveis, são para projetos de redes e melhoria de serviços em geral. Esses valores dependem da definição do Orçamento da União para o próximo ano para se efetivarem. Até aqui, o FUST tem R\$ 1,2 bilhão em recursos para projetos e já aprovou um piloto de 5G e 4G em favelas. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lei reduz tempo e custos de obrigações tributárias

Poder Executivo | 04/08/2023 – 11h18min

O Diário Oficial da União (DOU) publicou na quarta-feira (2/08) a Lei Complementar nº 199, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que implica redução de tempo e custos para o cumprimento de compromissos com tributários. Os ministros do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, da Fazenda, Fernando Haddad, e o advogado-geral da União, Jorge Messias, também assinam o texto. A nova legislação institui o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias. O objetivo é diminuir entraves burocráticos relativos ao recolhimento de tributos pelo setor produtivo e pelos contribuintes de modo geral. As mudanças impactam, por exemplo, os gastos com contadores e advogados tributaristas. Fonte: ASCOM MDIC

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

China reconhece avanços do Brasil na implementação do 5G

Poder Executivo | 04/08/2023 – 09h59min

O ministro Juscelino Filho cumpre agenda na reunião de ministros das Comunicações do Brics – grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – na capital sul africana, Cidade do Cabo, na quinta (3/8) e sexta (4/8). Na manhã de hoje, Juscelino reuniu-

se com o vice-ministro da Indústria e Tecnologia da Informação chinês, Zhang Yunming, que reconheceu os avanços brasileiros na implementação do 5G e expressou o interesse em cooperar para o sucesso do país na expansão do uso da tecnologia. O ministro Juscelino Filho afirmou que a China é um "grande parceiro do Brasil" na implantação do 5G e que tem grande interesse na troca de experiências com a China no que diz respeito ao assunto. "Hoje, o Brasil vive um novo momento no que diz respeito à pesquisa, desenvolvimento e inovação. O novo governo está disposto a investir recursos na área de pesquisa. Nos próximos anos, teremos investimentos da ordem de quase R\$ 40 bilhões na implantação do 5G", afirmou. "Percebemos que o Brasil tem acelerado o processo de implementação do 5G e estamos dispostos a colaborar para a estratégia brasileira de digitalização da economia. Podemos apoiar-nos mutuamente para a construção de think tanks de alto nível", declarou Yunming. Fonte: ASCOM MCOM

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Comissão vai debater reflexos do Marco Legal da Inovação

Poder Legislativo | 04/08/2023 – 08h17min

A Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da Câmara dos Deputados vai promover audiência pública, na próxima quarta-feira (9), para tratar dos impactos e perspectivas de revisão do novo Marco Legal da Inovação (Lei 13.243/16). Entre outros pontos, essa lei incentiva as atividades de pesquisa científica, prevê isenção e redução de impostos para importação de insumos nas empresas do setor e facilita processos licitatórios. A autora do requerimento para a realização da audiência, deputada Luisa Canziani (PSD-PR), argumentou que "passados mais de 7 anos da promulgação do novo marco legal da inovação, faz-se necessário apurar os benefícios advindos de sua aprovação, bem como as limitações e gargalos ainda existentes na legislação". Para isso, a deputada sugere ouvir alguns dos principais atores do setor de pesquisa científica e tecnológica e de inovação do País, como representantes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap). Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

CGI.br recebe 1,3 mil contribuições em consulta sobre plataformas

Poder Executivo | 03/08/2023 – 22h33min

Mais de 1,3 mil contribuições advindas de pessoas físicas e organizações ligadas à comunidade científica e tecnológica, ao governo, ao terceiro setor e ao segmento empresarial. Esse é o balanço preliminar da Consulta sobre Regulação de Plataformas Digitais, realizada pelo Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI.br), que ficou aberta entre 25 de abril e 16 de julho deste ano. A consulta foi organizada em três grandes eixos que buscaram responder quem será regulado (questões sobre o escopo e objeto da regulação); o que será regulado (mapeamento de riscos decorrentes das atividades das plataformas digitais e possíveis medidas de mitigação dessas ameaças); e como será regulado (arranjos institucionais necessários para a implementação de uma regulação, apontando os distintos papéis e responsabilidades dos atores envolvidos). O destaque ficou para o segundo eixo – o que será regulado – que recebeu maior número de contribuições, chegando a 73% do total de comentários. Dos quatro grandes grupos de riscos elencados no eixo dois, os destaques ficaram por conta daqueles relacionados à proteção de direitos e democracia (44% das colaborações) e dos econômicos, com 33% – soberania e trabalho contabilizaram 15% e 8%, respectivamente. Os eixos 1 e 3, somados, concentraram apenas 27% de todas as contribuições. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Conselho Diretor aprova metodologia de cálculo do Índice Brasileiro de Conectividade

Poder Executivo | 03/08/2023 – 18h17min

O Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) aprovou, em sua reunião de hoje (3/8), a metodologia de cálculo do Índice Brasileiro de Conectividade (IBC). De acordo com o relator da matéria, conselheiro Moisés Moreira, o IBC permitirá criar um ranking dos municípios e dos Estados em relação aos seus respectivos estágios de conectividade. O IBC se baseia nos dados do setor de telecomunicações que já são coletados pela Anatel e se somará às demais informações divulgadas no painel "Meu município", disponível em <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/meu-municipio>. Com essa iniciativa, além de corroborar com a disseminação de dados setoriais, a Agência pretende fomentar a modernização das legislações locais quanto à instalação de infraestrutura de telecomunicações por meio da comparação do IBC entre os municípios e Estados. Em especial, o IBC tende a ser uma referência objetiva quanto ao grau de conectividade de cada município e Estado brasileiro, constituindo-se em uma ferramenta adicional para o diagnóstico da infraestrutura de telecomunicações do País, possibilitando tanto aos prefeitos quanto aos governadores, como ao Governo Federal, parâmetros para a construção e execução de políticas públicas de expansão da conectividade. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Grupo da CAE sobre reforma tributária define plano de trabalho

Poder Legislativo | 04/08/2023 – 13h21min

O grupo de trabalho sobre a reforma tributária da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) definiu as linhas de ação para a análise da proposta de emenda à Constituição. A PEC 45/2019 chegou oficialmente ao Senado na quinta-feira (2). Parte da discussão se dará na CAE, mas a tramitação acontecerá na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e no Plenário do Senado. O líder do GT da CAE, senador Efraim Filho (União-PB), se disse "confiante na melhoria do texto" aprovado pela Câmara. O relator da reforma tributária, senador Eduardo Braga (MDB-AM), também faz parte do grupo de trabalho da CAE. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Senado recebe reforma tributária e Pacheco prevê promulgação até novembro

Poder Legislativo | 03/08/2023 – 19h55min

Ao receber a proposta da reforma tributária (PEC 45/2019) do presidente da Câmara dos Deputados, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, declarou que a proposta deverá ser promulgada, com mudanças, até novembro. Entre os pontos do projeto, está a unificação de impostos e a devolução, a inscritos em programas sociais, de valores pagos em tributos. Rodrigo Pacheco considera que a reforma tributária vai impulsionar o crescimento econômico por simplificar e dar segurança jurídica. O presidente do Senado explicou que a PEC será votada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), mas discutida na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Reforma tributária: Pacheco recebe texto da proposta, que segue para a CCJ

Poder Legislativo | 03/08/2023 – 19h21min

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, recebeu do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, a PEC 45/2019, que simplifica o sistema tributário do país. "A reforma tributária é a parte principal estruturante do desenvolvimento econômico nacional", disse

Pacheco na tarde de quinta (3), após receber a proposta. A PEC será encaminhada imediatamente para a Comissão de Constituição e Justiça para ser relatada pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM). A previsão que é a matéria seja promulgada ainda em 2023. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Reforma tributária: Audiências públicas devem começar na semana do dia 14

Poder Legislativo | 03/08/2023 – 18h49min

O relator da reforma tributária no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), afirmou na quinta-feira (03) que as audiências públicas sobre o tema devem começar na semana do dia 14 de agosto. O parlamentar defendeu que os debates sejam realizados não só em sessões conjuntas da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), mas com a presença de outros colegiados como a Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR). "Queremos fazer audiências públicas conjuntas entre CCJ, CAE e outras comissões que estejam interessadas em participar. Não esqueçam que nessa reforma tributária existem fundos previstos, inclusive Fundo de Desenvolvimento Regional. Portanto, há matérias não apenas do ponto de vista tributária, mas do ponto de vista econômico embutidos nessa PEC", argumentou o relator. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Reforma tributária é para buscar justiça, não arrecadação, diz Haddad

Poder Executivo | 03/08/2023 – 14h19min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou em entrevista ao Estúdio i, da GloboNews, na quinta-feira (3), que o objetivo do governo federal com a reforma tributária que pretende aprovar ainda em 2023 é garantir justiça e não o aumento da arrecadação do governo. "A reforma tributária, em sentido amplo, consumo e renda, nós não estamos utilizando e nem vamos utilizar para buscar o equilíbrio fiscal", disse. De acordo com Haddad, um eventual aumento da arrecadação do governo por meio da tributação de super-ricos, por exemplo, seria usado para compensar o peso dos impostos sobre consumo no país. "Tudo somado, a reforma tributária é para buscar justiça. não é para buscar mais arrecadação", disse. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Número de empresas do comércio que vendem via internet tem forte alta em 3 anos, diz IBGE

Poder Executivo | 04/08/2023 – 10h26min

O número de empresas do comércio brasileiro que vendem pela internet teve forte alta em três anos, e manteve trajetória crescente até 2021. A informação consta da Pesquisa Anual de Comércio (PAC), cuja edição de 2021 foi veiculada na sexta-feira (04) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No levantamento, as empresas foram questionadas sobre as formas de comercialização dos seus produtos. Dentre as opções, incluiu-se o item comercialização pela internet, que engloba vendas por sites, aplicativos, mídias sociais e aplicativos de mensagem instantânea. Os pesquisadores do IBGE apuraram que, entre 2019 e 2020, o número de empresas do setor que usaram a comercialização pela internet passou de 1,9 mil para 2,7 mil, uma expansão de 44,8%. O instituto detalhou ainda que, em 2021, a tendência de crescimento permaneceu, e esse montante atingiu 3,1 mil empresas. Isso representa alta de 13,5% ante 2020 e crescimento de 63,15% na comparação com 2019. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)

Queda da Selic reduz dívida pública em cerca de R\$ 21 bilhões

Poder Executivo | 04/08/2023

Com a redução anunciada, na última quarta-feira (2), a chamada Selic passará a ser de 13,25% ao ano — mesmo patamar de agosto de 2022. Por praticamente 1 ano, essa esteve em 13,75% ao ano. A Selic serve como referência para os títulos da dívida emitidos pelo governo para obter recursos e manter o Estado funcionando. Isso significa que quanto mais alta essa está, mais o governo gasta para se financiar. Na última sexta-feira (28), antes da redução da Selic, o BC divulgou relatório mais atual sobre a situação fiscal do setor público brasileiro. Segundo o documento, o setor público — governo federal, regionais e estaduais — gastaram só em junho R\$ 40,7 bilhões para pagar juros da dívida pública. Nos 12 meses encerrados em junho, foram R\$ 638,1 bilhões — 8,4% a mais do que os R\$ 588,6 gastos nos 12 meses anteriores. De acordo com o próprio BC, a cada 1 ponto percentual de aumento da Selic, a dívida pública aumenta R\$ 42,6 bilhões. O cálculo aproximado também vale para mudança no sentido contrário, ou seja, redução da taxa. Isso é pouco menos do que o governo federal gastará para o pagamento dos seguros desemprego 2023. É também 10% do que ele gastará com servidores no ano. Fonte: DIAP

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Taxação de fundos exclusivos vai como PL ao Congresso, diz Haddad

Poder Executivo | 03/08/2023 – 16h07min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a taxa dos fundos exclusivos será enviada ao Congresso Nacional como um projeto de lei. A declaração foi dada em entrevista à GloboNews, na tarde de 5ª feira (3.ago.2023). “Nosso objetivo é cuidar das brechas da legislação brasileira que não se encontram em países desenvolvidos. O objetivo é a questão da renda desses fundos exclusivos que, na minha opinião, são uma anomalia”, afirmou. O chefe da Fazenda falou que a taxa do chamado fundo dos “super-ricos” visa a “transformar essas pessoas em seres humanos comuns”, do ponto de vista de pagamento de tributos à União. “Quando se tem um dinheiro na conta corrente e coloca em aplicação, você paga imposto de renda. Agora, no Brasil, quando se fica muito rico, você cria um fundo exclusivo e não paga. As pessoas ficam bilionárias e não querem pagar nada mesmo”, disse.

Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

'Sem pressa', Lula esconde o jogo e adia trocas de ministros na Esplanada

Poder Executivo | 04/08/2023 – 05h02min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva só deve anunciar novas mudanças na Esplanada dos Ministérios na semana do dia 14 de agosto, concretizando o embarque do Centrão no governo. Nessa quinta-feira (3), ele deu início a esse movimento, ao empossar o deputado Celso Sabino (União-PA) no Ministério do Turismo. Horas antes, no entanto, disse em entrevista a rádios que não tem pressa para fazer novas mexidas em sua equipe que, ele assegura, irão acontecer. Lula tem recebido do ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, propostas de cenários para abrigar os deputados André Fufuca (PP-MA) e Silvio Costa Filho (Republicanos-PE), mas, segundo relatos, não se manifesta a respeito nem demonstra estar ansioso para fazer as alterações. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Reforma ministerial envolve concorrência dentro da base de Lula

Poder Executivo | 03/08/2023 – 19h

A arrastada negociação para o embarque do centrão no governo envolve uma concorrência dentro da futura base de Lula. A disputa passa pelo mercado imobiliário da Esplanada, com o espaço cobiçado pelos novos inquilinos e o tamanho do terreno ocupado por antigos moradores. Na montagem do governo, Lula deu nove ministérios a partidos que não haviam feito parte de sua aliança eleitoral: MDB, PSD e União Brasil. Entraram no pacote latifúndios políticos como Cidades, Agricultura e Desenvolvimento Regional, com peso grande na distribuição de verba para os redutos dos parlamentares. Nenhuma das três legendas devolveu uma quantidade de votos que deixasse o Planalto perto de uma maioria no Congresso. Lula pode alcançar essa marca com a adesão do PP e do Republicanos, mas a barganha feita pelo governo na escolha das pastas que esses partidos vão ocupar incomodou o centrão. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Relator vai incorporar política de valorização permanente à MP do salário mínimo

Poder Legislativo | 03/08/2023 – 18h54min

O relator da [Medida Provisória 1172/23](#), que estipula o valor do salário mínimo, deputado Merlong Solano (PT-PI), afirmou que vai incorporar ao texto da MP regras para a valorização permanente do piso salarial nacional. Em audiência pública na comissão que analisa a proposta, ele ressaltou que os critérios de reajuste foram enviados ao Congresso pelo próprio governo. Se aprovada, a política já passa valer a partir do ano que vem. Merlong Solano esclareceu que os critérios adotados são os mesmos utilizados para correção do mínimo entre 2007 e 2019. “Pelo que está no projeto de lei de conversão, que é o mesmo que está no PL que o governo enviou para esta Casa, o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2024 passará, uma vez aprovado e sancionado, a ser reajustado pela inflação do ano anterior, apurada até novembro, acrescida do PIB do segundo ano anterior ao ano do reajuste”, explicou. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Nova versão do código de governança do IBGC é publicada com menos regras e ‘volta aos princípios’

Poder Executivo | 03/08/2023 – 16h

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) lançou na terça-feira, 1º, a nova versão do código de melhores práticas de governança corporativa para as empresas brasileiras. O documento está na sexta edição — a primeira foi lançada em 1999, e a quinta e mais recente até então, em 2015. O texto visa ser mais enxuto e menos “prescritivo”, em uma volta a cinco valores fundamentais: integridade, transparência, equidade, responsabilização (accountability) e sustentabilidade. Os valores já orientavam a versão anterior — cada um dá nome a um capítulo, além de uma abertura em que é apresentada a ética como base da governança. O capítulo de sustentabilidade teve o nome alterado, já que anteriormente era “responsabilidade corporativa”. A intenção é reforçar a geração de valor de forma sustentável, tanto em termos socioambientais quanto em uma garantia de atuação constante, confiável e sustentada da empresa para ter bons resultados. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lira define agenda da Câmara com líderes, mas deixa arcabouço fiscal de fora

Poder Legislativo | 03/08/2023 – 15h40min

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), definiu em reunião de líderes a pauta de votação da próxima semana, mas deixou o arcabouço fiscal fora da agenda. De acordo com ele, os deputados ainda precisam discutir as alterações feitas pelo Senado no projeto de lei que substitui o atual teto de gastos e construir consenso antes de levar a votação da matéria ao plenário da Casa. Lira negou que o atraso esteja relacionado à demora do governo em definir as mudanças ministeriais para acomodar PP e Republicanos no primeiro escalão. Nas próximas duas semanas, segundo Lira, a Casa vai se debruçar em propostas focadas nas crianças e adolescentes. Ele evitou cravar um cronograma para apreciação do arcabouço e disse que os deputados não pactuaram com as alterações feitas no texto, salvo a manutenção do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) fora dos limites da nova regra para controle das contas públicas. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

RELAÇÕES EXTERIORES

Brasil aprova declaração de ministros das Comunicações do Brics

Poder Executivo | 04/08/2023 – 12h37min

Representantes dos países-membros do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) aprovaram, na sexta-feira (4), a Declaração de Ministros das Comunicações do Brics África do Sul 2023, que lista como prioridades inclusão digital, conectividade universal, governança da internet e cooperação multilateral, entre outros. O documento foi elaborado pelas equipes técnicas das cinco nações e ratificado pelos ministros e vice-ministros presentes na 9ª Reunião de Ministros de Comunicações do Brics, realizada na Cidade do Cabo, África do Sul. "Esta é uma excelente oportunidade para avaliarmos o progresso na implementação da nossa agenda comum e traçarmos novas prioridades de metas de desenvolvimento no campo das tecnologias da informação e comunicação em nossos países", afirmou o ministro Juscelino Filho. Fonte: ASCOM MCOM

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: foco@foco-legislativo.com.br